

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	37
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	38
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.416.073	1.418.978
1.01	Ativo Circulante	54.158	41.437
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.660	3.912
1.01.03	Contas a Receber	18.381	12.526
1.01.03.01	Clientes	511	537
1.01.03.01.01	Concessionárias	511	537
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.870	11.989
1.01.03.02.01	Rendas a receber	17.870	11.989
1.01.04	Estoques	1	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.694	24.201
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.694	24.201
1.01.07	Despesas Antecipadas	320	725
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102	73
1.01.08.03	Outros	102	73
1.02	Ativo Não Circulante	1.361.915	1.377.541
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.174	5.805
1.02.01.03	Contas a Receber	921	620
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	921	620
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.253	5.185
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.253	5.185
1.02.03	Imobilizado	1.325.727	1.344.399
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.292.992	1.309.261
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	32.735	35.138
1.02.04	Intangível	27.014	27.337
1.02.04.01	Intangíveis	27.014	27.337
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Utilização do Bem Público	13.929	14.252
1.02.04.01.03	Intangível em Serviço	523	515
1.02.04.01.04	Intangível em Curso	12.562	12.570

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.416.073	1.418.978
2.01	Passivo Circulante	159.115	177.754
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	926	1.324
2.01.01.01	Obrigações Sociais	140	210
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	786	1.114
2.01.02	Fornecedores	1.385	2.029
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.385	2.029
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.668	34.487
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.668	34.455
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.758	30.410
2.01.03.01.02	Outros	1.910	4.045
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	19
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	13
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	95.295	100.482
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.233	66.490
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.233	66.490
2.01.04.02	Debêntures	37.062	33.992
2.01.05	Outras Obrigações	30.260	30.265
2.01.05.02	Outros	30.260	30.265
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26.496	26.496
2.01.05.02.04	Uso do Bem Publico	3.511	3.370
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	131	144
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	121	255
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	1	0
2.01.06	Provisões	9.581	9.167
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	5.449
2.01.06.02	Outras Provisões	9.581	3.718
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.581	3.718
2.02	Passivo Não Circulante	199.731	219.866
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	97.465	123.617
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	97.465	123.617
2.02.02	Outras Obrigações	89.838	82.081
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	51.868	48.909
2.02.02.02	Outros	37.970	33.172
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	34	17
2.02.02.02.05	Uso do Bem Publico	37.669	33.155
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego	267	0
2.02.04	Provisões	12.428	14.168
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.454	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.034	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.420	0
2.02.04.02	Outras Provisões	6.974	14.168
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.974	14.168
2.03	Patrimônio Líquido	1.057.227	1.021.358
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	202.426	202.426
2.03.04.01	Reserva Legal	17.772	17.772
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.085	90.085
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	35.869	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.013	100.030	47.511	94.989
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.099	-22.064	-11.312	-22.352
3.03	Resultado Bruto	38.914	77.966	36.199	72.637
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.792	-7.917	-4.184	-7.279
3.04.01	Despesas com Vendas	-19	-32	-22	-54
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.599	-7.727	-3.644	-6.561
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.372	-7.557	-3.552	-6.360
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-227	-170	-92	-201
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-174	-158	-518	-664
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.122	70.049	32.015	65.358
3.06	Resultado Financeiro	-7.043	-18.580	-9.491	-18.840
3.06.01	Receitas Financeiras	285	376	437	512
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.328	-18.956	-9.928	-19.352
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.079	51.469	22.524	46.518
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.386	-15.600	-7.781	-15.571
3.08.01	Corrente	-9.174	-18.668	-8.146	-16.044
3.08.02	Diferido	1.788	3.068	365	473
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.693	35.869	14.743	30.947
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.693	35.869	14.743	30.947
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	60.316	69.643
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	89.847	84.054
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	51.469	46.518
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	17.813	18.121
6.01.01.03	Valor residual do ativo imob.e intang.baixados	906	7
6.01.01.04	Despesas pagas antecipadamente	428	0
6.01.01.05	Empréstimos, financiamentos e encargos de dividas	7.435	10.524
6.01.01.06	Uso do bem publico - atualização monetária e AVP	6.319	672
6.01.01.07	Provisão(reversão) e atual.mon.para contingencias	322	735
6.01.01.08	Provisões lic.ambientais - atualização mon.e AVP	546	817
6.01.01.09	Encargos regulamentares e setoriais -provisão e atualiz.	32	27
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	0
6.01.01.11	Provisão para plano de beneficio pós emprego	268	0
6.01.01.12	Ajsute a valor presente	1.455	0
6.01.01.13	Juros e atualizações monetárias contratos de mútuos	2.846	1.912
6.01.01.14	Outros	0	4.721
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.464	-950
6.01.02.01	Concessionárias	18	38
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais	2.763	-131
6.01.02.03	Cauções e depositos vinculados	-301	502
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-23	318
6.01.02.05	Rendas a receber	-5.881	13.639
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-29	-149
6.01.02.07	Estoques	-1	0
6.01.02.08	Fornecedores	-644	-2.369
6.01.02.09	Obrigações estimadas com pessoal	-398	0
6.01.02.10	Encargos regulamentares e setoriais	-28	0
6.01.02.11	Provisões	-1.957	0
6.01.02.12	Outros passivos operacionais	-134	-141
6.01.02.13	Uso do bem publico	-1.664	-1.901
6.01.02.14	Outros tributos e contribuições sociais	-2.186	-10.756
6.01.02.15	Beneficios pós-emprego	1	0
6.01.03	Outros	-19.067	-13.461
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-19.067	-13.461
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-452	-4.720
6.02.01	Adições ao Tangível e Intangível	-452	-4.720
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.116	-33.037
6.03.01	Partes relacionadas	113	319
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos, financ e enc.	-40.229	-33.346
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital proprio pagos	0	-10
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.748	31.886
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.912	6.152
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.660	38.038

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.869	0	35.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.869	0	35.869
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	202.426	35.869	0	1.057.227

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.947	0	30.947
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.947	0	30.947
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	106.019	89.069	0	1.014.020

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	110.248	104.698
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	110.256	104.698
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.384	-6.443
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44	-21
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.954	-4.514
7.02.04	Outros	-1.386	-1.908
7.02.04.01	Encargos de uso de sistema de transmissão	-627	-609
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-759	-1.299
7.03	Valor Adicionado Bruto	103.864	98.255
7.04	Retenções	-17.813	-18.121
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.813	-18.121
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.051	80.134
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	376	512
7.06.02	Receitas Financeiras	376	512
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	86.427	80.646
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	86.427	80.646
7.08.01	Pessoal	4.656	4.029
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.601	3.144
7.08.01.02	Benefícios	815	669
7.08.01.03	F.G.T.S.	240	216
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.712	26.140
7.08.02.01	Federais	26.652	25.985
7.08.02.02	Estaduais	24	149
7.08.02.03	Municipais	36	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.190	19.530
7.08.03.01	Juros	18.956	19.352
7.08.03.02	Aluguéis	234	178
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.869	30.947
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.869	30.947

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A.

Período de janeiro a junho de 2011

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2011

(*)

(*) São Paulo, 27 de julho de 2011 - A Investco S.A. apresenta hoje seus resultados financeiros do segundo trimestre de 2011. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A **Investco S.A.** tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh. A receita da Companhia é constituída de 1% desse total (reconhecida como venda de energia) e também das receitas provenientes dos contratos de arrendamento.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos		
		jun/11	dez/10	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.416.073	1.418.978	-0,2%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.057.227	1.021.358	3,5%
Dívida líquida (1)	R\$ mil	169.100	220.187	-23,2%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,16	0,22	-25,8%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	1,00	1,31	-24,1%

Resultados		Janeiro a Junho		
		2011	2010	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	100.030	94.989	5,3%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	-29.166	-28.881	1,0%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-815	-750	8,7%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	70.049	65.358	7,2%
EBITDA (2)	R\$ mil	87.862	83.479	5,3%
Resultado financeiro	R\$ mil	-18.580	-18.840	-1,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	51.469	46.518	10,6%
Lucro líquido	R\$ mil	35.869	30.947	15,9%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	87,84%	87,88%	-0,1%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	35,86%	32,58%	10,1%

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a junho de 2011

DESEMPENHO OPERACIONAL

A **Investco S.A.** opera e mantém a **UHE Lajeado**, que no semestre de 2011 gerou 11,2 GWh, valor superior ao registrado no mesmo período do ano passado, de 9,7 GWh.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do resultado do exercício	jun/11	jun/10	var. %
Receita operacional bruta	110.256	104.699	5,3%
(-) Deduções à receita operacional	-10.226	-9.710	5,3%
(=) Receita operacional líquida	100.030	94.989	5,3%
Gastos não gerenciáveis	-815	-750	8,7%
Energia elétrica comprada para revenda	-44	-21	109,5%
Encargos de uso da rede elétrica	-627	-609	3,0%
Outros gastos não gerenciáveis	-144	-120	20,0%
Margem bruta	99.215	94.239	5,3%
Gastos gerenciáveis	-11.353	-10.760	5,5%
Pessoal	-5.353	-4.749	12,7%
Materiais e serviços de terceiros	-4.954	-4.514	9,7%
Arrendamentos e aluguéis	-234	-178	31,5%
Provisões e contingências	-22	-544	-96,0%
Outros gastos gerenciáveis	-790	-775	1,9%
EBITDA	87.862	83.479	5,3%
Depreciação e amortização	-17.813	-18.121	-1,7%
Resultado financeiro	-18.580	-18.840	-1,4%
Imposto de renda e contribuição social	-15.600	-15.571	0,2%
Lucro líquido	35.869	30.946	15,9%

A **receita operacional líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 100 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 apresentando um acréscimo de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo verificado de R\$ 5,0 milhões proveniente dos efeitos do contrato de arrendamento.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A.

Período de janeiro a junho de 2011

Os **gastos não gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, principalmente) totalizaram R\$ 815 mil no semestre findo em 30 de junho de 2011, superiores em 8,7% aos R\$ 750 mil verificados no mesmo período do ano anterior, em virtude, principalmente da energia elétrica comprada para revenda.

Os **gastos gerenciáveis**, que compreendem os gastos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, provisões para contingências e outras despesas, aumentaram no semestre findo em 30 de junho de 2011 em R\$ 593 mil, correspondente a um acréscimo de 5,5 % em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com a Resolução N° 334/08 aprovada pela ANEEL, a Investco passou a receber repasse de serviços/colaboradores alocados na EDP. Em 2010 foi constituída provisão para contingências Cíveis R\$ 236 mil e Trabalhista R\$ 210 mil.

O **EBITDA** do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 87,8 milhões, 5,3% superior ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos pontos acima comentados na receita operacional líquida e gastos gerenciáveis e não gerenciáveis.

O **Resultado Financeiro** do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2011, de R\$ 18,5 milhões negativos, apresentou uma variação de R\$ 260 mil em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude principalmente da atualização monetária da UBP em R\$ 10,2 milhões negativos, além do ajuste a valor presente R\$ 3,1 milhões e a redução da variação monetária no total de R\$ 6,7 milhões .

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 a Investco apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 35,8 milhões, superior em 15,9% ao registrado no mesmo período do ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	jun/11	dez/10	var.%
Dívida bruta	192.760	224.099	-13,98%
(-) Disponibilidades	-23.660	-3.912	504,81%
(=) Dívida líquida	169.100	220.187	-23,20%

Em 30 de junho de 2011, a Investco apresentou um endividamento bancário líquido de R\$ 169,1 milhões, representando uma redução de 23,2% em relação ao apresentado em 31 de dezembro de 2010, em função das amortizações dos empréstimos do BNDES.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A.

Período de janeiro a junho de 2011

A dívida em 30 de junho de 2011 era composta por R\$ 37,0 milhões de debêntures e R\$155,7 milhões em demais financiamentos (divididos entre BNDES de R\$ 73,4 milhões e ações preferenciais de R\$ 82,3 milhões).

Em 30 de junho de 2011, a dívida líquida representou 1,0 EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,31 vezes em 30 de junho de 2010).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Companhia titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

2 Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 19 de julho de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e legislação específica emanada pela ANEEL. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas em 3 de março de 2011.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 5)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04;
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças Ambientais (Notas 10 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 13 e 14)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 25)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

n) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, a descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 19.1

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 30 de junho de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Outros resultados abrangentes.

o) Uso do Bem Público (Nota 16)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, reconhecido inicialmente ao valor presente e posteriormente mantido ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita do projeto.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

p) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

r) Estimativas contábeis

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às informações contábeis intermediárias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

s) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

t) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

u) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

v) Demonstrações do valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

x) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 30 de junho de 2011, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção preliminar dessas normas ou interpretações.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

Normas e Interpretações ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2012. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção desta norma.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção desta norma.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção destas normas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção desta interpretação.

IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjunto e IFRS 12 - Divulgação de Participação

A emissão destas novas normas pretende definir com clareza o controle ou compartilhamento sobre uma investida. A IFRS 10 define um modelo de consolidação único que identifica o controle como base para a consolidação de uma entidade. A IFRS 11 estabelece os princípios para a divulgação pelas empresas de empreendimentos em conjunto. A IFRS 12 combina, aumenta e substitui os requisitos de divulgação para subsidiárias, empreendimentos em conjunto, associados e a estrutura de entidades não consolidadas. Como consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu igualmente alterados e revisados o IAS 27 e o IAS 28. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção destas normas.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único standard a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRSs exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercício fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção desta norma.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	20.593	3.912
Aplicações financeiras - renda fixa	3.067	
Total	23.660	3.912

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esse investimento financeiro refere-se, substancialmente, a fundo de renda fixa, remunerado à taxa de 101,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Concessionárias

	Saldo a vencer	PCLD	Saldo líquido em	
			30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	448		448	445
Energia de curto prazo	12		12	41
Encargos de uso da rede elétrica	51		51	51
Total Circulante	511	-	511	537
Não circulante				
Energia de curto prazo	14	(14)		
Total Não circulante	14	(14)	-	-

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5 Rendas a receber

O saldo de R\$17.870 em 30 de junho de 2011 (R\$11.989 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado, Paulista Lajeado Energia e Lajeado Energia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a., sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	30/06/2011	31/12/2010
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	11.576	21.253
PIS e COFINS	93	92
PIS e COFINS - COSIT 27		2.086
IRRF sobre aplicações financeiras	25	509
Outros		261
Total	11.694	24.201
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	19.758	30.410
ICMS sobre diferencial de alíquota		19
PIS e COFINS	1.699	1.620
ISS		13
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	5	33
IRRF sobre juros s/ capital próprio		2.105
Outros	206	287
Total	21.668	34.487

A movimentação dos Impostos e contribuições sociais no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Provisão	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação o tributos federais	Reclassificação	Transferência	Saldo em 30/06/2011
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	21.253	1.110	110	9.910	(300)	239	(20.746)	11.576
PIS e COFINS	92	562					(561)	93
PIS e COFINS - COSIT 27	2.086	109	73		(2.260)		(8)	
IRRF sobre aplicações financeiras	509	35					(519)	25
Outros	261	(22)				(239)		
Total	24.201	1.794	183	9.910	(2.560)	-	(21.834)	11.694
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	30.410	19.778		(9.157)			(21.273)	19.758
ICMS sobre diferencial de alíquota	19	27		(46)				
PIS e COFINS	1.620	10.308		(7.108)	(2.560)		(561)	1.699
ISS	13					(13)		
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	33	180		(208)				5
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.105			(2.105)				
Outros	287	1.263		(1.357)		13		206
Total	34.487	31.556	-	(19.981)	(2.560)	-	(21.834)	21.668

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2010 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20.2) liquidado em janeiro de 2011.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Ativo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	30/06/2011			31/12/2010
		IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14	4	1	5	
Benefício pós-emprego	267	67	24	91	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	2.084	521	188	709	
Total diferenças temporárias	2.365	591	213	804	-
Diferenças Temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	1.754	439	158	596	1
Uso do Bem Público - CPC 25	27.251	6.813	2.453	9.265	1.346
Instrumentos financeiros - CPC 39	(7.096)	(1.774)	(639)	(2.413)	3.838
Total diferenças temporárias - RTT		5.477	1.972	7.449	5.185
Total Ativos Diferidos		6.069	2.185	8.253	5.185

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo foi reconhecida integralmente em contrapartida ao resultado do período.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Total
1.143	339	339	339	339	1.017	4.737	8.253

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são trimestralmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 21, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 30/06/2011	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
					30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	118,04	118	133				546
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	14	19				96
					<u>132</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>642</u>
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		13.045	7.402			71.029	67.530
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.574	3.398			19.460	18.502
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.251	1.189			6.811	6.475
					<u>17.870</u>	<u>11.989</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97.300</u>	<u>92.507</u>
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				76		(446)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				8		(40)	
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/04/2009	1/04/2009 a 28/09/2011				13			
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.218	4.894	(322)	(161)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				46.553	44.015	(2.524)	(1.751)
					<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.868</u>	<u>48.909</u>	<u>(3.332)</u>	<u>(1.912)</u>
				Total	<u>18.002</u>	<u>12.141</u>	<u>51.868</u>	<u>48.909</u>	<u>93.968</u>	<u>91.237</u>

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos, o contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1359/2011, com vigência até 07 de dezembro de 2011, trata a distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*, e o segundo contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, trata a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP Energias do Brasil que é sua Controladora indireta e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta e CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas minoritárias.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês.

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de 6 meses findo em 30 de junho de 2011

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

8.3.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia no 1º Semestre de 2011.

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	3 (*)	7 (**)	5 (***)	15
Remuneração fixa (em R\$)	76.003	160.738	54.000	290.741
Salário ou pró-labore	63.336	117.318	45.000	225.654
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a	13.451	n/a	13.451
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (i)	12.667	29.969	9.000	51.636
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (i)	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração, por órgão	76.003	160.738	54.000	290.741

(n/a) = Não Aplicável

(*) Dos 3 membros do Conselho de Administração, apenas 2 são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$200, para o período de abril de 2011 e março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Dos 7 membros da Diretoria, apenas 2 são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$300, para o período de abril de 2011 e março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(***) Dos 5 membros do Conselho Fiscal, todos são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é até R\$108, para o período de abril de 2011 e março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Refere-se a encargos sociais;

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

8.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativos ao 1º Semestre de 2011.

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	3	7	5
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	38.002	110.812	10.800
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	38.002	49.925	10.800
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	38.002	80.369	10.800

9 Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante	
	30/06/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais (Nota 18)	921	620
Total	921	620

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Imobilizado

	30/06/2011			31/12/2010				
	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	684.413	(118.581)	565.832	2,00	682.792	(111.733)	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,67	340.222	(74.094)	266.128	3,85	340.221	(70.195)	270.026
Máquinas e equipamentos	6,91	418.969	(107.967)	311.002	6,24	418.969	(101.729)	317.240
Veículos	20,00	903	(832)	71	20,00	903	(783)	120
Móveis e utensílios	10,00	1		1	7,12	1		1
		<u>1.559.026</u>	<u>(301.474)</u>	<u>1.257.552</u>		<u>1.557.404</u>	<u>(284.440)</u>	<u>1.272.964</u>
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,36	45.656	(11.313)	34.343	3,47	45.766	(10.583)	35.183
		<u>45.656</u>	<u>(11.313)</u>	<u>34.343</u>		<u>45.766</u>	<u>(10.583)</u>	<u>35.183</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	9,98	1.341	(840)	501	9,98	1.277	(790)	487
Veículos	20,00	422	(84)	338	20,00	420	(42)	378
Móveis e utensílios	10,00	538	(280)	258	10,00	505	(256)	249
		<u>2.301</u>	<u>(1.204)</u>	<u>1.097</u>		<u>2.202</u>	<u>(1.088)</u>	<u>1.114</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>1.606.983</u>	<u>(313.991)</u>	<u>1.292.992</u>		<u>1.605.372</u>	<u>(296.111)</u>	<u>1.309.261</u>
Imobilizado em curso								
Geração								
Depósitos Judiciais (Nota 18.1.1.2)		13.312		13.312		13.308		13.308
Outros		19.423		19.423		21.830		21.830
Total do Imobilizado em curso		<u>32.735</u>	<u>-</u>	<u>32.735</u>		<u>35.138</u>	<u>-</u>	<u>35.138</u>
Total Imobilizado		<u>1.639.718</u>	<u>(313.991)</u>	<u>1.325.727</u>		<u>1.640.510</u>	<u>(296.111)</u>	<u>1.344.399</u>

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificações	Valor líquido 30/06/2011
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518						114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	571.059		2.523	(6.848)	(902)		565.832
Edificações, obras civis e benfeitorias	270.026			(3.898)			266.128
Máquinas e equipamentos	352.910		64	(7.017)		(111)	345.846
Veículos	498		3	(92)			409
Móveis e utensílios	250		32	(24)	1		259
Total do imobilizado em serviço	<u>1.309.261</u>	<u>-</u>	<u>2.622</u>	<u>(17.879)</u>	<u>(901)</u>	<u>(111)</u>	<u>1.292.992</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
Depósitos judiciais	13.308	4					13.312
Outros	21.830	448	(2.618)		(237)		19.423
Total do Imobilizado em curso	<u>35.138</u>	<u>452</u>	<u>(2.618)</u>	<u>-</u>	<u>(237)</u>	<u>-</u>	<u>32.735</u>
Total do Imobilizado	<u>1.344.399</u>	<u>452</u>	<u>4</u>	<u>(17.879)</u>	<u>(1.138)</u>	<u>(111)</u>	<u>1.325.727</u>

Para o semestre findo em 30 de junho de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Intangível

	30/06/2011				31/12/2010			
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	777	(529)	248	20,00	779	(452)	327
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(6.209)	13.929	2,92	20.138	(5.886)	14.252
		20.915	(6.738)	14.177		20.917	(6.338)	14.579
Transmissão								
Servidão permanente		111		111				
		111	-	111		-	-	-
Administração								
Software	20,00	244	(80)	164	20,00	244	(56)	188
		244	(80)	164		244	(56)	188
Total do Intangível em Serviço		21.270	(6.818)	14.452		21.161	(6.394)	14.767
Intangível em curso								
Geração		12.497		12.497		12.453		12.453
Administração		65		65		117		117
Total do Intangível em Curso		12.562	-	12.562		12.570	-	12.570
Total Intangível		33.832	(6.818)	27.014		33.731	(6.394)	27.337

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Transf. intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 30/06/2011
Intangível em serviço						
Software	515		(102)	(1)		412
Servidão permanente					111	111
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP (Nota 16)	14.252		(323)			13.929
Intangível em curso	12.570	(4)		(4)		12.562
	27.337	(4)	(425)	(5)	111	27.014

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.562, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

12 Fornecedores

	30/06/2011	31/12/2010
CCEE (compra de energia de curto prazo)	1	
Encargos de uso da rede elétrica	145	158
Materiais e serviços	1.239	1.871
Total	1.385	2.029

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de até 10 dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto, a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;
- vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora de valor superior a R\$5.000;
- alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;
- início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;
- alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário" ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e
- o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

A mutação das debêntures no período é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Juros provisiona- dos	Custos de transação	Varição monetária	Valor líquido em 30/06/2011
Circulante					
Debêntures	33.992	1.963	14	1.093	37.062
	<u>33.992</u>	<u>1.963</u>	<u>14</u>	<u>1.093</u>	<u>37.062</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

14.1 Composição dos empréstimos

Moeda nacional	Custo da dívida	30/06/2011			31/12/2010		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativas	3,0% a.a.		4.014	78.316		4.014	76.861
Cédula de Crédito Bancário	106% do CDI				9	10.000	
Banco da Amazônia	11,5% a.a.				4	637	
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	290	53.929	19.149	390	51.419	46.756
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.					17	
Total		290	57.943	97.465	403	66.087	123.617

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos Acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 30 de junho de 2011 é de R\$44.031.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 30 de junho de 2011 é de R\$29.337.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 10 de janeiro de 2011 em uma única parcela.

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em uma única parcela.

Cédula de Crédito Bancário

Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R\$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 30 de março de 2011 em uma única parcela.

Ações recebíveis cumulativas

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Vencimento das parcelas do circulante e do não circulante (principal + encargos) em 30 de junho de 2011.

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2011	30.626
2012	27.607
	<u>58.233</u>
Não circulante	
2012	25.324
2013	4.342
2014	3.995
2015	3.675
2016	3.381
2017	3.110
2018	2.861
2019	2.632
Após 2019	48.145
	<u>97.465</u>
Total	<u>155.698</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos no período é a seguinte:

	Valor total em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionado	Transferências	Ajuste a valor presente	Varição monetária e cambial	Valor total em 30/06/2011
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	66.490	(35.743)	(4.486)	4.374	27.607	-	(9)	58.233
	<u>66.490</u>	<u>(35.743)</u>	<u>(4.486)</u>	<u>4.374</u>	<u>27.607</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>58.233</u>
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	123.617	-	-	-	(27.607)	1.455	-	97.465
	<u>123.617</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.607)</u>	<u>1.455</u>	<u>-</u>	<u>97.465</u>

15 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	29	41	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	101	102	34	17
Taxa de fiscalização - ANEEL	1	1	-	-
Total	<u>131</u>	<u>144</u>	<u>34</u>	<u>17</u>

15.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 24).

16 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo Circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente pela taxa implícita no projeto.

Segue abaixo movimentação do período:

Principal	Não circulante	
	Circulante	
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.370	33.155
Ajuste a valor presente	-	(2.838)
Encargos e atualizações monetárias	1.157	8.000
Amortizações	(1.664)	-
Transferência para o circulante	648	(648)
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>3.511</u>	<u>37.669</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Obrigações estimadas com pessoal

	30/06/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	786	1.114
INSS e FGTS	140	210
Total	926	1.324

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

18 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros			5.454	5.449
Licenças ambientais	9.581	9.167	6.974	8.719
Total	9.581	9.167	12.428	14.168

18.1 Provisões Cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo				Ativo		
		Saldo em		Saldo em		Depósito Judicial (Nota 9)		
		31/12/2010	Adições	Pagamento	Reversões	30/06/2011	30/06/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.051	117	(77)	(56)	1.035	684	494
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.398	368		(347)	4.419		
Total		5.449	485	(77)	(403)	5.454	684	494

18.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

18.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de junho de 2011 é de R\$13.312 (R\$13.308 em 31 de dezembro de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 10).

18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Passivo		Ativo	
		Depósito Judicial		Depósito Judicial (Nota 9)	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	324	275	172	83
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	77.006	69.576	38	37
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	375	179		
Total		77.705	70.030	210	120

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 18.1.1.2.

18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 30 de junho de 2011 é de R\$27 (R\$6 em 31 de dezembro de 2010). (Nota 9)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$16.555 em 30 de junho de 2011 (R\$17.886 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

19 Benefícios pós-emprego

19.1 Assistência médica

	Circulante	Não Circulante
	30/06/2011	30/06/2011
Assistência médica e seguro de vida		267
Previdência Privada - EnerPrev	1	
	<u>1</u>	<u>267</u>

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14/04/2005 com a Unimed está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC nº 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2011 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	30/06/2011
	Valor presente das obrigações do plano
Custo do serviço passado	267
Saldo final do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	267
Custo do serviço passado não reconhecido (*)	1.398
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	<u>1.665</u>

(*) Refere-se a benefícios não adquiridos.

A Companhia reconheceu imediatamente os custos do serviço passado da parcela deste benefício cujo direito a utilização já se encontra adquirida pelos beneficiários do plano, e irá reconhecer como despesa linear no prazo médio de 22,5 anos os custos do serviço passado não reconhecidos que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	30/06/2011
Custo do serviço passado	267
Total	<u>267</u>

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. Nesta avaliação, não houve ganhos ou perdas atuariais passíveis de registro.

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica Lei nº 9.656/98	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	1.665	2.164	1.307

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de junho de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

30/06/2011	
Econômicas	
Taxa de desconto	10,75% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,5%a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5%a.a. até 2019
Demográficas	
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

A composição do capital social em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

30/06/2011												
Em milhares de ações												
Acionistas	Qty de ações "ON"	% Participação	Qty de ações "PNR"	% Participação	Qty de ações "PNA"	% Participação	Qty de ações "PNB"	% Participação	Qty de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

31/12/2010												
Em milhares de ações												
Acionistas	Qty de ações "ON"	% Participação	Qty de ações "PNR"	% Participação	Qty de ações "PNA"	% Participação	Qty de ações "PNB"	% Participação	Qty de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 14), porém estão apresentadas no quadro acima para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 20.2).

20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1.995, no montante bruto de R\$15.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido apurado no exercício	68.314
Ajuste de exercícios anteriores	58.122
Lucro líquido ajustado	<u>126.436</u>
Constituição da reserva legal - 5%	(6.322)
	120.114
Destinação do lucro:	
Dividendos	<u>30.029</u>
Dividendos intermediários - JSCP	15.000
Dividendos complementares do exercício	15.029
Constituição da reserva de retenção de lucros	<u>90.085</u>
Quantidade de ações	<u>786.406.270</u>
Dividendos por ação - JSCP - ordinária	0,017788
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "A"	0,064078
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "B"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "C"	0,064078
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "R"	0,012230

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20.3 Reservas

20.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Reservas de lucros

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reserva legal	17.772	17.772
Reserva de retenção de lucros	90.085	90.085
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	<u>94.569</u>	<u>94.569</u>
Total	<u>202.426</u>	<u>202.426</u>

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.4 Ações Preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

21 Dividendos

	Passivo	
	30/06/2011	31/12/2010
Lajeado Energia S.A.	16.175	16.175
EDP - Energias do Brasil S.A.	508	508
CEB Lajeado S.A.	4.415	4.415
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.545	1.545
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	91	91
Furnas Centrais Elétricas S.A.	23	23
Acionistas não controladores	3.739	3.739
Total	26.496	26.496

22 Receita operacional líquida

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	MWh (*)		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento				
Energia elétrica	21.710	20.973	2.580	2.318
Energia de curto prazo			153	123
Total suprimento	21.710	20.973	2.733	2.441
Arrendamento			107.218	101.936
Outras receitas operacionais			305	322
Sub-total	21.710	20.973	110.256	104.699
(-) Deduções à receita operacional			(10.226)	(9.710)
P&D			(27)	(25)
PIS/COFINS			(10.199)	(9.685)
Receita operacional líquida	21.710	20.973	100.030	94.989

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

23 Gastos operacionais

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho					
	2011					2010
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Moeda estrangeira - Itaipu						
Moeda nacional	44					44
Encargos de uso da rede elétrica						
Encargo de uso e conexão	627					627
Taxa de fiscalização					9	9
Compensações financeiras					135	135
	671	-	-	-	144	815
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.471		2.882		5.353
Material		224		85		309
Serviços de terceiros		1.014		3.631		4.645
Depreciação		17.319		68		17.387
Amortização		324		102		426
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			8			8
Provisões para contingências					14	14
Aluguéis e arrendamentos		17		217		234
Outras		24	24	742		790
	-	21.393	32	7.727	14	29.166
Total	671	21.393	32	7.727	158	29.981

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de junho de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24 Resultado financeiro

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
	2011	2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	67	393
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	183	13
Outras receitas financeiras	126	106
	<u>376</u>	<u>512</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(6.353)	(10.342)
Variações monetárias moeda nacional	(1.084)	(3.847)
Atualização monetária de licenças ambientais	(546)	(817)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(322)	(77)
Ajustes a valor presente	1.383	(1.771)
Atualização monetária contratos de mútuo	(2.846)	(1.912)
Atualização monetária uso do bem público	(9.157)	1.099
Outras despesas financeiras	(31)	(1.686)
	<u>(18.956)</u>	<u>(19.353)</u>
Total	<u>(18.580)</u>	<u>(18.841)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	51.469	46.518	51.469	46.518
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(12.867)	(11.630)	(4.632)	(4.187)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações		(6)		(2)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	463	155	166	56
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	920	31	338	
Adicional IR	12	12		
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(11.472)</u>	<u>(11.438)</u>	<u>(4.128)</u>	<u>(4.133)</u>
Alíquota Efetiva	22,29%	24,59%	8,02%	8,88%

26 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias e conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	30/06/2011
Usinas	561.349
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	5.517

27 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008 e Deliberação CVM nº604 de 19 de novembro de 2009 que aprova os CPCs 38, 39 e 40, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projetou os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Consumidores e concessionárias, Partes relacionadas, Cauções e depósitos vinculados e Fornecedores. Para Caixa e equivalentes de caixa, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, o valor contábil diverge do seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	23.660	3.912	23.660	3.912
Concessionárias	511	537	511	537
Rendas a receber	17.870	11.989	17.870	11.989
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.385	2.029	1.385	2.029
Debêntures	37.188	33.992	37.062	33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	57.401	65.878	58.233	66.490
Encargos regulamentares e setoriais	131	144	131	144
Uso do bem público	3.511	3.370	3.511	3.370
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	97.171	122.480	97.465	123.617
Encargos regulamentares e setoriais	34	17	34	17
Partes relacionadas	51.868	48.909	51.868	48.909
Uso do bem público	37.669	33.155	37.669	33.155
	<u>328.399</u>	<u>326.412</u>	<u>329.399</u>	<u>328.161</u>

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos existem empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos existem passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável. Não houve reclassificação de categoria dos instrumentos financeiros no período.

	30/06/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa		23.660	23.660
Rendas a receber	17.870		17.870
Concessionárias	511		511
	<u>18.381</u>	<u>23.660</u>	<u>42.041</u>
Passivos financeiros			
		Outros ao custo amortizado	
Fornecedores		1.385	
Debêntures		37.062	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		155.698	
Encargos regulamentares e setoriais		165	
Partes relacionadas		51.868	
Uso do bem público		41.180	
		<u>287.358</u>	

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros	31/12/2010		Total
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa		3.912	3.912
Rendas a receber	11.989		11.989
Concessionárias	537		537
	<u>12.526</u>	<u>3.912</u>	<u>16.438</u>
Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado		
Fornecedores	2.029		
Debêntures	33.992		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	190.107		
Encargos regulamentares e setoriais	161		
Partes relacionadas	48.909		
Uso do bem público	36.525		
	<u>311.723</u>		

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no período.

	Mensuração do valor justo	
	Mercados similares	
	30/06/2011	Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	23.660	23.660
	<u>23.660</u>	<u>23.660</u>

27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam, fundamentalmente, riscos atrelados a essas exposições e em 30 de junho de 2011, a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao IGP-M.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribuímos à TJLP e ao IGP-M a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

27.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Ativos Financeiros									
Aplicação financeira	CDI	127			127	159	191	95	64
Passivos Financeiros									
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	4.809	395	1	5.205	6.506	7.808	3.904	2.603
Debêntures	IGP-M	2.068			2.068	2.585	3.102	1.551	1.034
Valor de referência									
CDI - 12,0%									
TJLP - 6,0%									
IGP-M - 9,0%									

27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato está descrita individualmente na nota 14. Até 30 de junho de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada à aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 30 de junho de 2011 foram de R\$1.326 sendo R\$984, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$342 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo e outros passivos de longo prazo (que figuram nas informações contábeis intermediárias) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	30/06/2011				
	Total Geral	até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vencidos	192.760	95.295	33.661	10.166	53.638
Responsabilidades com locações operacionais	107	107			
Obrigações de compra	7.294	5.310	1.984		
Outros passivos de longo prazo	113.219	3.340	11.078	12.474	86.327
	313.380	104.052	46.723	22.640	139.965

Os compromissos contratuais da Companhia referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromisso necessário para o decurso normal de sua atividade operacional. Mas especificamente, na sua maioria estes compromissos visam garantir o fornecimento adequado de combustíveis e energia necessários para que a Companhia consiga cumprir seus objetivos de investimento de médio e longo prazo, bem como garantir o fornecimento de energia aos seus clientes.

As dívidas de curto e longo prazo correspondem aos saldos de empréstimos e respectivos juros vencidos, contraidos pela Companhia junto a entidades bancárias, empréstimos por obrigações não convertíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vencidos foram calculados considerando a taxa de juro em vigor à data de encerramento do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. Quando os preços são definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados

Os outros passivos de longo prazo estão essencialmente relacionados a Utilização do Bem Público (Nota 16).

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia não divulga projeções empresariais.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a informação intermediária da demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-TO
Carlos Augusto Pires
Contador CRC SP-184830/O-7 S-TO
Rosane Palarim
Contadora CRC SP-220280/O-9 S-TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, e, tendo examinado as Informações trimestrais do período encerrado em 30 de junho de 2011, bem como o Comentário de Desempenho, por unanimidade, manifestamo-nos favoráveis as Demonstrações Financeiras por considerarmos, que as peças refletem a situação econômica e financeira da Companhia.

São Paulo, 26 de julho de 2011.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

RUBENS DOS SANTOS
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia declaram que em 19 de julho de 2011, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia base 30.06.2011.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Santiago
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia declaram que em 19 de julho de 2011, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia base 30.06.2011.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Santiago
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica